

Resenha do livro:

FERREIRA JR. Amarílio; BITTAR, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

Por: Danielle Felisberto de Souza¹

A obra “A Proletarização e Sindicalismo de Professores na Ditadura Militar (1964-1985)” aborda o impacto da política educacional da ditadura militar sobre a categoria dos professores públicos, com destaque para dois aspectos: o crescimento numérico e o arrocho salarial. Esses dois fatores atuaram no sentido de tornar os professores públicos a maior categoria profissional do país, dando-lhe a característica de oposição à Ditadura autoritário vigente.

Os autores ressaltam o processo de proletarização dos professores, que até a década de 1950 viveram os “anos dourados da educação”, uma vez que tinham suas origens nas camadas médias urbanas e da elite, cuja formação se dava nas Escolas Normais. No entanto, este perfil sofreu mudanças a partir das reformas na educação promovidas pelo Regime Militar.

O livro está organizado em seis capítulos, sendo que nos três capítulos iniciais, com os respectivos títulos: O golpe militar de 1964; A ditadura militar e a repressão política; A transição democrática, os autores abordam o período da Ditadura Militar, suas características e seu modelo econômico, com objetivo de compreender o contexto da Ditadura Militar que “acentuou o traço autoritário e excludente que historicamente assinalou o processo de formação social brasileiro” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p. 19).

O golpe militar de 1964 resultou da aliança entre as classes dominantes com o objetivo de manter o domínio da política e da economia, no processo de desenvolvimento do país, a chamada revolução burguesa, iniciado em 1930 de maneira autoritária. Observam que em relação à modernização do país, caracteriza-se como autoritária e marcada pela combinação do moderno com o atrasado.

Para a consolidação do Regime Militar, os militares reprimiram violentamente qualquer tipo de oposição, invadindo e fechando órgãos contrários à Ditadura Militar.

O acelerado processo de industrialização do país beneficiou as empresas estrangeiras e a modernização que a sociedade brasileira viveu sob os moldes da ditadura não representou uma ruptura com o passado do país, isto é, apesar do desenvolvimento econômico e da modernização da sociedade, o país se manteve periférico e dependente em relação às nações desenvolvidas. Para os autores, “mudou-se a ordem institucional, conservando-se elementos estruturais da ordem anterior” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p.21).

Este modelo de crescimento trouxe consequências negativas que envolveram a diminuição da distribuição de renda; o aumento da dívida externa, além disto, os setores da educação e saúde foram deixados em segundo plano.

A partir de 1974, com o esgotamento do modelo econômico do Regime Militar, agravado pela crise do petróleo, iniciou-se o longo período da transição democrática para o Estado de direito democrático, porém marcada por continuidades e rupturas.

O grupo composto pela burguesia monopolista e setores da burguesia industrial, agrária, oligárquica latifundiária e parte da classe média defendiam a continuação da

sociedade do status quo, em contrapartida os proletários urbanos e rurais, assim como camadas da classe média desejavam a ruptura dessa situação.

Uma das consequências deste período de transição democrática foi a ascensão da classe média e a transformação da sua estrutura social, que por sua vez estava determinada pelas relações de produção e eram geradas pelo capitalismo urbano-industrial. A classe média passou a ser uma estratégica para os interesses políticos.

Nos capítulos IV a VI, com os respectivos títulos: “Origem social dos professores; As reformas educacionais do Regime militar e o novo perfil do professorado brasileiro; A conquista das liberdades políticas e o agravamento das condições de vida e de trabalho dos professores”, os autores abordam as transformações na sociedade brasileira como resultados da modernização acelerada das relações de produção e a segmentação das classes médias. Neste sentido, os autores identificam que “o professorado da escola pública como umas das categorias profissionais constitutivas da intelectualidade, encontra inserido neste quadro geral da nova anatomia das classes médias.” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p.58).

O crescimento das classes médias incorporando novas categorias profissionais provocou o contraditório movimento histórico no âmbito das relações capitalistas de produção, do aumento quantitativo de trabalhadores por um lado e o achatamento salarial por outro.

Nesse processo de proletarização, as novas categorias profissionais passaram a se organizar em sindicatos com o objetivo de defesa de seus interesses. Os autores afirmam, “[...] o professorado dos sistemas estaduais de ensino básico, pelo seu contingente quantitativo e capacidade de organização/mobilização sindical, acabou por se transformar numa das mais importantes categorias do universo social das classes médias.” (FERREIRA; BITTAR, 2006, p.61).

A nova categoria social dos professores que se constituiu no atendimento da demanda da expansão rápida do ensino de 1º e 2º grau, exigiu também a formação de novos profissionais, de forma acadêmica aligeirada, o que contribuiu para o arrocho salarial. Esta situação contribuiu para a mudança social da categoria do professor.

Diante desta questão a categoria dos professores estava dividida em duas vertentes: aqueles que pertenciam às camadas da burguesia e das altas classes médias; e a da classe média baixa ou as das camadas de trabalhadores urbanos que se beneficiaram com a massificação do ensino. Segundo Ferreira Jr e Bittar (2006) as duas categorias estavam submetidas ao processo de proletarização, estes profissionais viram desmoronar o seu status social, bem como aumentar a participação em movimentos sindicais.

A Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 (reorganização do ensino superior) e a Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971 (criou o ensino de 1º e 2º graus) que reformaram a educação no Regime Militar, tinham como objetivo atender aos interesses da classe dominante. Elas possibilitaram a consolidação de uma nova categoria do profissional, acompanhado de uma formação acelerada e arrocho salarial. As consequências foram a piora das condições de vida, de trabalho e de status social destes profissionais.

Esse processo gerou a perda do status social da profissão, submetendo-se então a situações iguais a de qualquer outra categoria do proletário. No entanto, esta situação gerou também uma consciência política e como consequência, a mobilização reivindicatória dos professores, que lutaram e ainda lutam por melhores condições de vida e de trabalho.

Sendo assim, a mudança na condição do professorado de profissional liberal para a categoria de professores do ensino básico provocou perdas consideráveis para os professores.

A implementação do Estado de Direito após 1985 não provocou mudanças nas condições em que os professores se encontravam, porque não houve ruptura com o modelo econômico do regime passado. O Brasil conquistou a liberdade política, mas não a econômica e por mais que os professores fizessem greves não alcançavam seus objetivos.

Os autores afirmam que o processo de mudança na categoria dos professores, em que houve a perda dos status social e intelectual ao se transformarem na categoria profissional dos professores públicos, e assim passando a ser semelhante a outras categorias de profissionais, distanciando-se da categoria profissional da qual estava inserida antigamente.

Esta é uma obra muito importante para entender as mudanças da categoria de um profissional liberal intelectual, para um técnico com baixo capital cultural, mas com participação e organização política e estas características atuais são vestígios do período da Ditadura Militar,

O que o livro nos deixou muito claro, no período do regime militar houve um significativo aumento quantitativo no acesso à educação básica no Brasil, mas acompanhada pela redução na qualidade de ensino. Também, ocorreu o crescimento quantitativo dos professores, acompanhado da formação aligeirada e do achatamento salarial, características que persistem até hoje.

¹ Pedagoga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar-São Carlos. Professora do Ensino Fundamental na Rede Estadual de Ensino de São Paulo.